



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA



MILTA MARGARET BARBOSA

A GEOHISTÓRIA COMO FERRAMENTA EDUCACIONAL PARA A
COMPREENSÃO DA FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CALDAS, MINAS GERAIS

OURO PRETO

2024

Milta Margaret Barbosa

**A Geohistória como ferramenta educacional para a compreensão da formação
do município de Caldas, Minas Gerais**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade
Federal de Ouro Preto, como requisito básico para a Conclusão
do Curso de Licenciatura em Geografia.

Orientador: Willian Fortes Rodrigues

Ouro Preto

2024



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
CENTRO DE EDUCACAO ABERTA E A DISTANCIA - CEAD
COLEGIADO DO CURSO DE GEOGRAFIA - MODALIDADE
A DISTANCIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Milta Margaret Barbosa

**A Geohistória como ferramenta educacional para a compreensão da formação do município de Caldas,
Minas Gerais**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Geografia

Aprovada em 06 de dezembro de 2024

Membros da banca

Prof. Dr. William Fortes Rodrigues - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. David Melo Van Den Brule - Universidade Federal de Ouro Preto

Dra. Marta Bertin, Coordenadora do Curso, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de
Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 09/12/2024



Documento assinado eletronicamente por **Marta Bertin, COORDENADOR(A) DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**, em 09/12/2024, às 19:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0825082** e o código CRC **B573A90F**.

A GEOHISTÓRIA COMO FERRAMENTA EDUCACIONAL PARA A COMPREENSÃO DA FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CALDAS, MINAS GERAIS

Milta Margaret Barbosa

RESUMO

O presente trabalho ratifica a relevância da geohistória como uma ferramenta educacional fundamental para a compreensão da formação do município de Caldas, em Minas Gerais. A integração entre geografia e história permite uma análise abrangente das dinâmicas espaciais e temporais da região, destacando a influência de fatores naturais e humanos na ocupação e no desenvolvimento local. Assim, o objetivo do presente estudo é apresentar uma abordagem em educação geohistórica que integrasse conceitos geográficos e históricos com o propósito de aprofundar a compreensão sobre a formação e evolução de territórios específicos, enriquecendo o aprendizado dos estudantes do Ensino Fundamental II e Médio do Município de Caldas e além. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica, sendo, portanto, uma pesquisa de caráter qualitativo. Pode-se concluir, a partir do estudo, que a geohistória é uma abordagem interdisciplinar que ao combinar os campos da Geografia e da História consegue demonstrar como as dinâmicas espaciais e temporais influenciam mutuamente o desenvolvimento das sociedades humanas e o meio ambiente. Dessa forma, foi possível verificar que ao conectar o passado ao presente de maneira espacializada, essa metodologia não apenas reforça o conhecimento acadêmico, mas também desperta nos estudantes uma consciência territorial mais profunda, estimulando um compromisso maior com o desenvolvimento sustentável e a preservação do patrimônio local, fazendo da geohistória uma ferramenta indispensável para a formação de cidadãos mais reflexivos e engajados com as questões que envolvem seu entorno, o espaço descrito pela geografia e sua história.

Palavras-chave: Geohistória, Geografia, Educação, Município, Região

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 DESENVOLVIMENTO.....	7
2.1 A IMPORTÂNCIA DA GEOHISTÓRIA COMO FERRAMENTA EDUCACIONAL PARA COMPREENDER A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CALDAS, MINAS GERAIS.....	7
2.2 EDUCAÇÃO GEOHISTÓRICA: INTEGRANDO CONCEITOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS.....	8
2.3 O MUNICÍPIO DE CALDAS E A SUA GEOHISTÓRIA.....	10
2.4 A PRÁTICA DA GEOHISTÓRIA EM SALA DE AULA E NAS ATIVIDADES DE CAMPO	16
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS	22

1 INTRODUÇÃO

O estudo da Geografia é marcado pela análise dos fenômenos espaciais e suas interações com o meio físico e social, enquanto a História, por sua vez, busca compreender os eventos no tempo e suas implicações no desenvolvimento das sociedades. A geohistória, então, emerge como um campo interdisciplinar onde se torna importante salientar que, conforme sugere Ferreira (1994), a interdisciplinaridade não pode ocorrer em fatos isolados, pois ela perpassa todos os elementos do conhecimento, indicando que há uma integração entre eles.

Esse campo de estudo conhecido por geohistória, de acordo com Barros (2012), foi desenvolvido a partir de reflexões de teóricos como Fernand Braudel e a Escola dos Annales, cujos estudos propõe uma abordagem que considera o espaço geográfico em suas dimensões temporais e explora como as sociedades se organizam no espaço em função de processos históricos e como estes podem transformar as paisagens e as estruturas sociais ao longo dos séculos.

Neste artigo será explorada a importância da geohistória como uma ferramenta essencial para compreender a formação territorial, o desenvolvimento econômico e as transformações culturais do Município de Caldas, em Minas Gerais. A análise será conduzida por meio de uma abordagem interdisciplinar, que busca evidenciar como o passado influencia a configuração presente dos territórios e ainda, como as interações entre espaço e tempo moldam as dinâmicas geográficas atuais. Além disso, serão reunidas diversas informações relevantes sobre a geografia e a história de Caldas que, até então, se encontravam dispersas em diversas obras, sendo esta uma iniciativa que visa enriquecer o ensino local e fortalecer os vínculos entre a comunidade e o conhecimento sobre seu território, o que também proporcionará ao leitor o desejo de aprofundar a pesquisa aqui iniciada. Baker (1997) apud Lahuerta (2009), demonstrou que esse tipo de estudo revela que a compreensão do passado é feita essencialmente enquanto geografia e não história.

Frente ao exposto, o objetivo do trabalho é apresentar uma abordagem em educação geohistórica que integrasse conceitos geográficos e históricos com o propósito de aprofundar a compreensão sobre a formação e evolução de territórios específicos, enriquecendo o aprendizado dos estudantes do Ensino Fundamental II e Médio do Município de Caldas e além.

Desse modo, a pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica a partir das teses de dissertação de Mestrado e Doutorado, bem como artigos e monografias que já

foram escritos sobre o Município de Caldas, jornais antigos que circularam na cidade e que possuem em seus esboços dados geohistóricos já levantados, cujas informações são de grande utilidade por facilitar as pesquisas por parte dos estudantes quando o assunto é o ensino de geografia. Além destes documentos citados, foi utilizada a obra mais completa sobre a história de Caldas que existe atualmente, cujo título é “O Povoamento do Planalto da Pedra Branca – Caldas e região/ obra póstuma” escrita por Reynaldo de Oliveira Pimenta entre os anos de 1953 até 1973 (ano de sua morte) e que foi publicado com esforços do seu filho, Carlos Reinaldo de Oliveira Pimenta no ano de 1998.

No que diz respeito aos autores pesquisados para este fim, houve comparação das conclusões elencadas por cada um, pois uma pesquisa de revisão bibliográfica pode revelar dados valiosos sobre o assunto quando confrontados, pois ao aferir informações entre as obras, pode-se identificar semelhanças e diferenças em suas abordagens teóricas, metodológicas e em seus resultados. É evidente que quando diferentes tipos de informações geográficas são integrados e analisados conjuntamente a partir de diversos autores, os resultados tendem a ser mais robustos e confiáveis.

Sob essa perspectiva, pode-se compreender que a convergência de dados de várias fontes ou perspectivas reduz a possibilidade de conclusões errôneas e fortalece as manifestações que sustentam os argumentos do artigo, uma vez que a abordagem multidimensional também facilita a validação dos resultados, pois permite que eles sejam verificados sob diferentes ângulos e contextos nas quais as semelhanças podem fortalecer e validar certos aspectos do conhecimento existente, contribuindo para a construção de uma base sólida de entendimento.

Por outro lado, ao identificar divergências entre os autores, podemos explorar nuances e perspectivas sobre o tema em questão que poderão gerar debates produtivos, destacar lacunas no conhecimento até então produzido, ou até mesmo sugerir novas direções para pesquisas futuras. A união de diversas informações geohistóricas em um único documento como ocorrerá na execução do artigo proposto não apenas enriquece a análise e compreensão do tema em estudo, mas também fortalece a validade dos resultados, apoiando uma tomada de decisão mais informada e contribuindo para o avanço do conhecimento científico.

Ao adotar uma abordagem integrada, os futuros leitores conseguirão captar a complexidade do espaço geográfico e suas interações, obtendo contribuições valiosas que são essenciais para enfrentar os desafios contemporâneos em áreas como desenvolvimento sustentável, planejamento urbano e gestão ambiental.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A IMPORTÂNCIA DA GEOHISTÓRIA COMO FERRAMENTA EDUCACIONAL PARA COMPREENDER A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CALDAS, MINAS GERAIS

A geohistória como ferramenta educacional para compreender a formação do município de Caldas, Minas Gerais, permite uma análise ampla das dinâmicas espaciais e temporais, evidenciando como fatores naturais e humanos influenciaram a ocupação e o desenvolvimento da região. Barros (2011) enfatiza as afirmações acima mencionadas quando relata que há muitas décadas a história e geografia se comunicam, se integram e se ajudam no posicionamento de muitas questões essenciais para que a humanidade possa entender sua realidade, tais como o espaço e o tempo:

A História, considerada como campo de produção de conhecimento, já perfaz mais de um século de fortes relações interdisciplinares com a Geografia. À parte o fato de se ter o “homem” e as sociedades humanas como objeto de estudo em comum – por ser este o universo obrigatório de estudo partilhado entre a História e a Geografia Humana – pode-se dizer que o Espaço é o grande mediador das relações entre estas duas disciplinas irmãs. Em que pese que esta ‘consciência da espacialidade’ seja hoje bem compreendida pela maioria dos historiadores como fator fundamental para a definição da própria História, pode-se dizer, todavia, que esta consciência, já plenamente desenvolvida, foi uma conquista da historiografia do último século (Barros, 2010, p. 67).

Por esta razão, a utilização da geohistória em sala de aula estimula o pensamento crítico dos alunos e promove o engajamento ao explorar a história local de maneira interativa, contribuindo para a valorização do patrimônio cultural e ambiental de Caldas, pois de acordo com Pires (2008), esse campo de estudo representou na sua criação uma ruptura no pensamento crítico da historiografia e instituiu uma “Nova História”, onde se defende a história baseada na análise científica de problemas, ou seja, valorizando essa disciplina em um contexto multidisciplinar.

Neste sentido, o presente trabalho mais uma vez evidencia a importância da pesquisa e do diálogo com outras disciplinas em sala de aula e como isso representa uma forma mais moderna de se fazer história e geografia, indo além dos fatos isolados e oferecendo uma análise integrada e multifacetada dos eventos do passado em face do presente e à espera de resultados futuros. Os tópicos subsequentes irão abordar com maior profundidade os conceitos e aspectos essenciais para a melhor compreensão do tema proposto.

2.2 EDUCAÇÃO GEOHISTÓRICA: INTEGRANDO CONCEITOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS

Muitas questões atuais, como a globalização, as migrações, as mudanças climáticas e os conflitos territoriais, podem ser melhor compreendidas através de uma perspectiva geohistórica, onde percebemos em trabalhos como de Chris Philo (1996), nascido em 1960, professor de Geografia no Departamento de Ciências Geográficas e da Terra da Universidade de Glasgow, na Escócia, onde seus interesses de estudos estão voltados para o entendimento das contribuições das geografias históricas, destacando, assim, a importância de um entendimento conjunto entre as vertentes identificadas no passado e presente, conforme mencionamos a seguir:

Em outras palavras, desde que os pesquisadores ancorassem seus estudos nos objetos materiais de paisagens do passado (e com isso investigassem onde estavam localizados esses objetos, e como eram combinados), o resultado era geografia histórica propriamente dita; mas, se desviassem sua atenção para acontecimentos, entidades e estruturas mais imateriais da história, e se talvez quisessem dizer algo a respeito da geografia por trás desta história, o resultado então seria a história geográfica que pertencia à história e não à geografia (Philo, 1996, p. 276).

Também é possível perceber que o geógrafo Milton Santos (1978) afirmava que o conceito de espaço, por exemplo, vinha de uma estrutura social, e não somente de uma análise física, recebendo, portanto, influências históricas para o entendimento real da sua concepção e função no território ou região em análise, enfatizando em seus estudos que o espaço deve ser considerado em sua totalidade e definido pelo conjunto de formas representativas das relações sociais ao longo do tempo.

Entender o passado para alguns autores como Fernand Braudel (1902-1985), que foi um proeminente historiador francês, contribui para interpretar as dinâmicas atuais e a prever possíveis futuros, permitindo uma compreensão mais profunda de como os fatores geográficos, como o clima, o relevo, e a localização, influenciam os eventos históricos.

Neste contexto, restou evidente que a geohistória ajudaria a desnaturalizar e contextualizar fenômenos que muitas vezes são vistos como dados ou imutáveis, como a organização de fronteiras, a distribuição da população e a estrutura econômica de regiões específicas. À vista disso, Ribeiro (2015) cita que muitas mudanças no ambiente natural ocorrem de forma sutil, passando despercebidas pelos seres humanos, e segundo o autor, isso se deve à nossa limitada percepção e compreensão do tempo e das transformações espaciais.

Para Ribeiro (2015), a geohistória é vista como a narrativa das interações e confrontos entre o homem e seu ambiente natural, sendo caracterizada por um contínuo esforço humano para adaptar, modificar e sobreviver no seu espaço geográfico, envolvendo, ainda, uma luta constante, onde a humanidade tenta superar os desafios impostos pela natureza através de trabalho e inovação:

Quantas modificações, entretanto, permanecem despercebidas, negligenciáveis mesmo, por conta do frágil e curto alcance dos homens. Sim, decerto, mas a geohistória também é a história do homem em luta com seu espaço, batalhando contra ele ao longo de sua dura vida de dificuldades e esforços, conseguindo vencê-lo e, de preferência, suportá-lo, ao custo de um trabalho que é preciso sempre renovar. A geohistória é o estudo de uma dupla ligação: da natureza ao homem e do homem à natureza, o estudo de uma ação e de uma reação misturadas, confundidas, recomeçados sem fim na realidade de cada dia (Ribeiro, 2015, p. 26).

Por conseguinte, é importante novamente citar Fernand Braudel (1902-1985), que é considerado um dos mais importantes e influentes historiadores do século XX, e seus estudos que desenvolveram o entendimento de geohistória, e que se faz bastante necessário para o entendimento completo deste artigo.

Braudel (1978) critica a história tradicional fechada em si mesma e promove a "história-problema", que evidencia diferentes velocidades do tempo, permitindo reconhecer diferentes temporalidades (acontecimentos, conjunturas e longa duração) e sendo conhecido como o "historiador das imagens" por combinar perspectivas gerais e particulares, o que leva a promover a ideia de uma "história total".

É importante também pensar a ideia de interdisciplinaridade conforme mencionado por Braudel (1983) quando está se tratando de geohistória, ou seja, a integração e o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento e neste caso, nas áreas de geografia e história, onde a ideia central do autor é que nenhuma disciplina ou campo de saber é capaz de esgotar todas as respostas ou conhecimentos sobre um assunto de forma isolada. Pelo contrário, o conhecimento de qualquer área e cada campo de estudo tem suas próprias limitações e não pode abordar todos os aspectos de um problema ou fenômeno isoladamente conforme sugere Justen-Zancanaro e Carneiro (2012, p.58):

[...] pensar interdisciplinar parte do pressuposto de que nenhuma forma de conhecimento é exaustiva em si, mas tenta o diálogo com outras fontes do saber, deixando-se irrigar por elas, até mesmo porque nenhuma ciência é passível de existir por si só, sem necessitar de sabedorias advindas de outras áreas do conhecimento.

Ao trabalhar a definição de geohistória, é fundamental recorrer a matrizes teóricas que sustentem a interdisciplinaridade entre geografia e história. Uma das principais referências

teóricas para entender este trabalho é a obra "Introdução à Geografia Humana" de Paul Claval (1980), que discute a relação entre tempo e espaço na configuração territorial, um conceito essencial para a geohistória. Outra matriz teórica relevante é a contribuição dos Annales, especialmente por meio de Fernand Braudel (1949), que enfatiza as interações de longa duração entre o espaço geográfico e os processos históricos. E não se pode deixar de considerar a relevância de autores brasileiros para a compreensão do conceito de geohistória, como Milton Santos (2000), cuja abordagem da relação entre espaço e sociedade oferece uma base sólida para interpretar dinâmicas geográficas em conjunto com processos históricos.

Em conclusão, é necessário citar que na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) do Brasil, a interdisciplinaridade é abordada como um princípio fundamental para a organização do currículo escolar e propõe que ao invés de um currículo segmentado por disciplinas isoladas, a escola adote uma abordagem que favoreça a construção de competências por meio de projetos e temas transversais, pois dessa forma os alunos poderão fazer conexões entre diferentes áreas do conhecimento e compreenderão a aplicação prática dos conteúdos, conforme as orientações propostas pela geohistória em suas análises contextualizadas entre as disciplinas de geografia e história.

2.3 O MUNICÍPIO DE CALDAS E A SUA GEOHISTÓRIA

Percebendo a importância desta totalidade geohistórica citada por Fernand Braudel (1983), podemos mensurar, então, a riqueza de informações que podem ser encontradas na obra póstuma do autor mineiro Pimenta (1998), cujo incorpora em sua pesquisa, num único parágrafo, informações relevantes sobre economia, limites, hidrografia divisas e dados populacionais que podem ser utilizados em comparativos com os censos atuais da histórica cidade de Caldas, MG:

O planalto era marcado por quatro rios, seguindo mais ou menos a direção sul-norte: o Capivari, o rio Pardo, o rio Verde e o ribeirão das Antas. A ocupação se iniciou nos pastos naturais do rio Machado e do Capivari, depois, a campanha nativa do rio das Antas. Assim, surgem nos campos as fazendas das grandes famílias, desbravadores que tomam posse de um lugar sem dono. Muitos se diziam nobres, mas suas origens eram escondidas. Delas, vêm a roça, o milho, o porco, o toucinho, a vaca, o leite, o queijo, e a vastidão dos latifúndios. A hierarquia social tem início na paisagem rural, e se estende até o cemitério. Os escravos são figuras marcantes na produção destas terras vastas e intocadas. A freguesia do Arraial do Rio Verde das Caldas, em 1839 é elevada à vila e logo vira comarca de muitos distritos. O registro da população da região em 1821 é de 591 pessoas, passando a 3.302 em 1829, e a 5.320 em 1833. Já em 1845 conta com 12.845 habitantes, dobrando em oito anos. O desbravamento rumo a oeste continua e acompanha os vales dos rios Mogi Guaçu, Pardo, Sapucaí Mirim e Grande, abrindo fazendas e fundando cidades (Pimenta, 1998, p.4).

A citação ilustra como os rios influenciaram a ocupação e o desenvolvimento econômico da região, enfatizando a transição de uma área inexplorada para uma sociedade organizada e hierarquizada. Destaca, ainda, o papel das grandes famílias na formação das fazendas, o uso de trabalho escravo na produção agrícola e o rápido crescimento populacional e urbanização decorrentes desse desenvolvimento.

A análise do contexto acima proporciona uma compreensão rica e detalhada de como a geografia e os recursos naturais moldaram a história social e econômica da região, além de apresentar dados relevantes sobre o aumento da população no século XIX na cidade de Caldas, mas que não se alterou muito diante do século XXI.

Pimenta (1998) afirma ainda em sua obra “O Povoamento do Planalto da Pedra Branca – Caldas e região/ obra póstuma” que “Caldas não era mais que um sertão agreste. Não passava de uma pequena e pobre aldeia de bugres espalhados aqui e acolá pelas margens de um Ribeirão que deles conserva ainda hoje o nome.” (Pimenta, 1998, p.16).

Logo em seguida é possível encontrar ainda no início da obra de Reinaldo de Oliveira Pimenta (1998, p. 16) a descrição de Caldas como um lugar árido e pouco habitado, caracterizado como um "sertão agreste". A referência aos "bugres", termo que à época era considerado pejorativo e usado historicamente para se referir aos povos indígenas que não eram cristãos ou que se recusavam a seguir as instruções dos catequistas, sugere uma população dispersa e marginalizada¹.

O uso do termo "aldeia" enfatiza o caráter rudimentar e modesto do local, que contrasta com a ideia de cidade ou povoado mais desenvolvido, pois segundo os autores Levi Marques Pereira e Jorge Eremites de Oliveira (2009), a inferência a aldeia se referia a pequenos vilarejos ou áreas rurais, especialmente na Europa e no Brasil, devido ao contexto colonial e ao contato entre o Estado e os povos indígenas, o termo começou a ser usado para identificar lugares onde há uma maior concentração de indígenas.

¹ Bugre: s.m e f. Nome depreciativo dado aos selvagens do Brasil // Etm. Estou inclinado a crer que este vocábulo é de origem francesa, e existe na tradição desde o tempo em que a colônia calvinista de Villegagnon ocupou o Rio de Janeiro entre os anos de 1555 e 1567. [...] Não só pelo que diz esse autor [J. de Léry], como pelo que afirma Gabriel Soares, eram com efeitos os Tupinambás mui dados aquele vício. Bem podemos pensar que, depois do desmantelamento da colônia calvinista, os Francêsos [sic] que se deixaram ficar no Brasil, e se puseram em relações com os colonos portugueses, usassem daquele vocábulo injurioso, quando se referiam aos selvagens, e que este vocábulo, tornando-se usual, se perpetuasse na linguagem vulgar, não mais com a primitiva significação, senão como um nome genericamente aplicado a todos os selvagens bravios. Não sei se haverá outro qualquer meio de explicar a origem desse vocábulo. O documento oficial mais antigo em que o vejo empregado é uma carta dirigida ao rei de Portugal, em 29 de outubro de 1723, pelo capitão-general de São Paulo, Rodrigo Cesar de Menezes (Azevedo Marques). // Em Espanha, Bugre é o nome que costuma dar o vulgo, por desprezo, aos estrangeiros, e particularmente, aos Franceses, por se lhes ouvir frequentes vezes essa palavra (Valdez). // Em Alagoas dão o nome de Bugre a qualquer pessoa ignorante e de curta inteligência; e assim também ao pássaro que na gaiola não canta (Beaurepaire Rohan, 1889, p.51)

Além disso, a menção e permanência ao nome Ribeirão dos Bugres para um curso d'água que passa por uma das regiões caldenses sugere uma conexão com a geografia e a natureza local, destacando a importância dos recursos hídricos na história e na identidade da comunidade, mas também aos povos originários do Brasil, pois claramente indica uma continuidade histórica, além de uma ligação com suas origens primárias.

Essa pequena passagem evoca uma atmosfera de rusticidade e isolamento, característica de muitas áreas rurais e fronteiriças que podem ser encontradas até hoje em Minas Gerais. O pensamento disposto pelo autor Pimenta (1998, p.207) transporta os leitores para um contexto muito explícito sobre geohistória no município mineiro, fornecendo um vislumbre das condições de vida e da paisagem que moldaram a história e a cultura da região de Caldas e ainda, traz informações importantes sobre a localização do Município num contexto macroespacial, entre outras importantes e esclarecedoras informações sobre a região que ora analisamos, como por exemplo, os contornos das freguesias que com o tempo se tornaram novos e independentes territórios no Sul de Minas Gerais (Pimenta, 1998).

A citada delimitação territorial estabelece um delineamento maior do que aquele apresentado por Pimenta (1998), onde a abordagem e os limites vão para muito além do que atualmente é a cidade de Caldas, pois vemos que suas áreas circunvizinhas e as relações entre elas são contextualizadas para um melhor entendimento das dinâmicas caldenses. Poços de Caldas, Andradas, Campestre e Santa Rita de Cássia são cidades que compartilham laços históricos, sociais e econômicos com Caldas, bem como com toda a região sul mineira, contribuindo para a formação de uma rede complexa de interações e influências mútuas.

Portanto, ao considerar esse fragmento macroespacial, o estudo terá a oportunidade de explorar não apenas a história individual de Caldas, mas também as dinâmicas regionais e as conexões entre as diferentes localidades que compõem essa área geográfica específica, o que levará aos leitores, pesquisadores, estudantes e professores a uma compreensão mais abrangente e aprofundada do contexto histórico, social e cultural da região sul de Minas Gerais.

Neste mesmo sentido, Rovaron (2009, p.53) levanta uma outra questão de divisas e limites municipais para Caldas, MG, e desta vez com origens ainda maiores, ou seja, há um avanço macroespacial territorial muito significativo. Para o autor, no século XVIII, a região onde Caldas se desenvolveu fazia parte do Termo de São João del-Rei. Esta integração é evidenciada por um documento datado de 1776, encontrado por Carrara (1999), que fornece instruções para a administração e contratos de dízimos em Minas Gerais, onde o mesmo levanta uma questão intrigante: como poderia a região de Caldas ser considerada parte do Termo de São João del-Rei em 1776 se uma tranqueira (limite de atuação entre os territórios) construída

por Veríssimo João de Carvalho em 1778 demarcava essa área como pertencente ao território paulista? Veja como o autor indaga esta questão:

Nossa Senhora (ou Santo Antônio) do Vale da Piedade da CAMPANHA do Rio Verde (1798); Santa Fé (Maria da Fé), São Bento [Abade], Lambari Grande, Águas Virtuosas (Jesuânia), São Gonçalo [do Sapucaí], Ouro Fala (em São Gonçalo do Sapucaí), Santa Catarina da Pedra Branca (Natércia), Itajubá; Caldas do Rio Verde, Pouso Alegre, [São Sebastião do] Capivari (Pedralva), Nossa Senhora da Conceição de Camanducaia, Ouro Fino, Campanha de Toledo, São José do Paraíso (Paraisópolis), Passagem do Rio Verde (Três Corações); lugares segundo os registros dos dízimos de 1752: Cajuru (Arcângelo), Nossa Senhora do Carmo do Campo Grande (? Campos Gerais), Lambari, Ouro Fala, Ouro Ronca, Palmela, Saco do Carmo, Santa Catarina, Santa Luzia, São Bento, São José [do Paraíso] (Paraisópolis), [Santana do] Sapucaí [-mirim]. (Carrara, 1999, p.85).

Sabemos hoje que Caldas recebe um número vasto de turistas que frequentam a cidade várias vezes no ano vindos de várias regiões paulistas, já que a proximidade entre as divisas estaduais continua existindo atualmente.

É importante ressaltar que houve esta disputa entre São Paulo e Minas Gerais pelas terras vulcânicas caldenses, e novamente Romaron (2009, p. 22) enfatiza que durante o século XVIII as fronteiras entre as capitanias de Minas Gerais e São Paulo não eram claramente definidas e frequentemente mudavam devido a disputas territoriais e administrativas, sendo que os marcos físicos, como tranqueiras ou outras formas de demarcação, eram comuns para tentar estabelecer limites, mas nem sempre eram reconhecidos oficialmente ou coincidentes com a administração existente.

Essa discrepância entre marcos físicos locais e demarcações administrativas indicadas pela obra de Romaron (2009, p.22), bem como na obra de Pimenta (1998, p.207), reflete a complexidade e a fluidez das fronteiras coloniais no Brasil do século XVIII, onde as autoridades locais e os moradores muitas vezes tinham diferentes entendimentos e interesses em relação às fronteiras, resultando em situações em que um mesmo território poderia ser reivindicado por diferentes jurisdições e em diferentes momentos. Portanto, a questão levantada pelo documento de Carrara (1999) que data de 1776, citando a tranqueira de 1778, exemplifica os desafios e ambiguidades da delimitação territorial na época, evidenciando a necessidade de uma análise mais aprofundada e contextualizada das fontes históricas para compreender plenamente a história da região mineira ao sul do Estado.

Os dados históricos sobre a região mineira onde está a localização de Caldas e suas complexidades territoriais no século XVIII têm grande importância para os estudantes da educação básica por várias razões, dentre as quais podemos destacar a necessidade de que os mesmos possam entender as interações entre as diferentes regiões, como as disputas territoriais

entre Minas Gerais e São Paulo, o que ajuda a compreender a formação do Brasil como um país diverso e interconectado.

É possível identificar que ao enfrentar aparentes contradições nos dados históricos, como a questão da tranqueira de 1778 e a inclusão no Termo de São João del-Rei, o estudante é estimulado a investigar e a questionar a questão da ocupação territorial, limites, divisas e fronteiras, essenciais para o pensamento crítico dos alunos que estão em fase de formação escolar.

Em se tratando sobre a questão de limites, divisas e fronteiras, conceitos estes que são de grande importância para o entendimento do espaço onde o estudante vive, Caldas pode apresentar dados tão diversos e complexos como apresentado também pelo autor Romaron (2009, p. 43), onde este afirma que o território original do município de Caldas era significativamente maior do que a região da Caldeira Vulcânica, indicando que o município já ocupou uma área extensa, além dos limites que são divulgados corriqueiramente entre os moradores.

É importante destacar que o ensino de Geografia no que diz respeito a limites, divisas e fronteiras, se faz extremamente importante, como explica o autor Morin (2005) que se utiliza essa ideia para ilustrar como as fronteiras são simultaneamente lugares de separação e articulação, sugerindo que elas são essenciais para manter a complexidade e a individualidade, ao mesmo tempo em que permitem trocas e interações:

É na fronteira que ocorrem a distinção e a ligação com o ambiente. Toda fronteira, inclusive a membrana dos seres vivos, inclusive a fronteira das nações, é barreira, e ao mesmo tempo, o local da comunicação e da troca. Ela é o lugar da dissociação e da associação, da separação e da articulação. Ela é o filtro que ao mesmo tempo obstrui e deixa passar. É através dela que se estabelecem as correntes osmóticas e ela que impede a homogeneização (Morin, 2005, p. 252).

É de conhecimento da maioria dos munícipes caldenses que entre as décadas de 1860 e 1880, o território de Caldas passou por vários desmembramentos que teriam sido motivados por razões políticas, como a reorganização administrativa, ou por um crescimento populacional que impulsionou a criação de novos municípios. No entanto, Romaron (2009, p. 43-44) menciona que não foi possível determinar com exatidão o impacto desse crescimento demográfico, mas ao somar a área atual do município de Caldas com as áreas dos municípios que foram desmembrados a partir dele, o autor consegue estimar a área original que o município ocupava antes do primeiro desmembramento, ocorrido em 1860. Essa estimativa é relevante para entender a extensão territorial de Caldas em seu auge e como ela foi reduzida ao longo do

tempo, pois atualmente o Município conta com uma área 711,414 km², mas ao considerar todo o desmembramento ocorrido até os dias atuais, Caldas teria ocupado um espaço de 8.126 Km²:

Já com o trabalho de pesquisa do autor Silva et al (2014) é possível verificar dados sobre a economia mineral em Caldas, Minas Gerais, o que pode ser acrescentado nos elementos ausentes na obra de Pimenta (1998), muito provavelmente por ser tratar do século XX e ainda não haver à época explorações ambientais registradas na região caldense:

Grandes empresas mineradoras ligadas à extração e beneficiamento de bauxita, também estão situadas no entorno da cidade Caldas/MG, bem como àquelas ligadas a extração de sienito e granitos, situadas no entorno da Serra da Pedra Branca, que cobre áreas dos municípios de Caldas, Santa Rita de Caldas e Ibitiúra de Caldas. Do total da bauxita comercial em geral cerca de 90% é usada para a produção metalúrgica da cadeia do alumínio (alumina e alumínio primário), e o restante 10% usadas para outros fins, como refratário, abrasivo, cimentos argilosos, química e outros (Silva et al., 2014, p. 7).

Estas informações quando de fácil acesso para os estudantes promove um melhor entendimento dos motivos da extração dos minérios que são realizados na região sul mineira, assim como permite construir uma relação harmoniosa entre o homem, suas necessidades e a natureza, tudo conforme preconiza as diretrizes da educação ambiental e reafirmadas pelo ecologista Hardin (1968), que propõe uma educação ambiental que prepara as pessoas para a sua vida enquanto membros da biosfera, auxilia na compreensão, apreciação e manutenção dos sistemas ambientais em sua totalidade, promovendo a sustentabilidade das ações humanas.

Com isso, é possível também que os estudantes percebam, por exemplo, que a menção à extração de sienito e granitos indica que a região é rica em recursos geológicos variados, contribuindo para a economia local e potencialmente influenciando o desenvolvimento da infraestrutura regional.

No entanto, para se entender a questão mineral de uma região ou Município precisa-se, primeiramente, compreender a era geológica em que uma região está inserida por várias razões, que abrangem desde o estudo da história da Terra, até implicações práticas em áreas como agricultura, construção civil, gestão de recursos naturais, e preservação ambiental, como é o caso de pesquisa do autor Silva et al (2014), cujo teor passa pela explicação a seguir no que tange o Município de Caldas, MG:

Esse município encontra-se parcialmente em um maciço alcalino e apresenta uma forma semicircular com uma área de aproximadamente 750 Km² com um diâmetro de 35 Km². Sua formação trata-se de um maciço alcalino resultante de eventos geológicos constituído principalmente por fonólitos intrusivo e nefelina-sienitos, e rochas piroclásticas (EllerT, 1959) classificada por Almeida (1964) como sendo de idade Eocênica (segunda parte da era cenozóica) ali modelados por eventos tectônicos e magmáticos ao qual resultaram no soerguimento do planalto (Silva et al., 2014, p. 3).

Almeida (1964) classificou a formação como sendo de idade Eocênica, que corresponde à segunda parte da Era Cenozóica (entre cerca de 56 e 34 milhões de anos atrás). Esse período foi marcado por significativos eventos tectônicos e magmáticos, que levaram ao soergimento do planalto – ou seja, à elevação da superfície terrestre nessa região e como as características geológicas são importantes para entender a formação do relevo e as condições naturais do município.

2.4 A PRÁTICA DA GEOHISTÓRIA EM SALA DE AULA E NAS ATIVIDADES DE CAMPO

A prática da geohistória nas escolas incentivará aos alunos a pensar criticamente sobre a relação entre o ser humano e o espaço ao longo da história, pois a integração das disciplinas em citação ajudará a desconstruir visões simplistas de eventos históricos, mostrando que o espaço, o meio ambiente e a geopolítica são fatores ativos na formação dos acontecimentos históricos, e ainda, conforme mencionado por Barros (2010), que a interdisciplinaridade entre História e Geografia explora a noção de espaço-tempo, ou seja, como as dinâmicas históricas se desenrolam em diferentes ritmos e escalas geográficas:

A História, considerada como campo de produção de conhecimento, já perfaz mais de um século de fortes relações interdisciplinares com a Geografia. À parte o fato de se ter o “homem” e as sociedades humanas como objeto de estudo em comum – por ser este o universo obrigatório de estudo partilhado entre a História e a Geografia Humana – pode-se dizer que o Espaço é o grande mediador das relações entre estas duas disciplinas irmãs. Em que pese que esta ‘consciência da espacialidade’ seja hoje bem compreendida pela maioria dos historiadores como fator fundamental para a definição da própria História, pode-se dizer, todavia, que esta consciência, já plenamente desenvolvida, foi uma conquista da historiografia do último século (Barros, 2010, p. 67).

A exemplo da importância do pensamento crítico, os estudantes da Educação Básica precisam compreender a presença, por exemplo, de comunidades tradicionais no seu território, e no caso do Município de Caldas, Pimenta (1998) cita a presença dos povos indígenas que aqui habitavam e, que o autor sem nem ao menos vislumbrar a possibilidade nos anos de 1950, voltaram a habitar no século XXI a região mineira, sendo que a perspectiva tanto no passado quanto no presente, é fundamental para a valorização, para a pluralidade cultural e histórica do Brasil:

Naquele tempo, a região na qual se veio futuramente plantar a “Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio do rio Verde das Caldas” era morada dos índios tapuias. Ocupava-a, até meados do século XVIII, tribo Kaiapó, que nos últimos anos da

centúria, pacífica, se localizada entre Mogi Guaçu e o rio Grande. Os Kaiapós meridionais se estendiam do Tietê – que os separava dos Kaigang – até a Capitania de Minas, ocupando também a área compreendida entre os dois rios sul-mineiros. Dessa localização, discordam alguns etnólogos: “não parece, diz Egon Schaden, haver certeza quanto à distribuição das populações indígenas que habitaram o Planalto da Pedra Branca e, de modo geral, a região que medeia entre a Mantiqueira e o curso superior do rio Grande. É provável que os antigos donos da região tenham sido os Kataguá (ou Cataguá, Catauá, Cataguazes), a famosa tribo que foi derrotada pela bandeira de Lourenço Castanho, o velho (Pimenta, 1998, p. 11).

Cunha (1995) afirma que a imagem do indígena no primeiro contato com os portugueses é repassada por estes últimos a toda a Europa como a de um povo “bestial”, como que em um “papel em branco” a ser preenchido, “gente sem nenhuma crença ou religião”: Essas afirmações errôneas que apresentam negativamente uma população que, aparentemente, não possuía uma organização interna de suas terras, podem ser observadas, inclusive, nas cartas de Pero Vaz de Caminha, podendo o professor apresentá-las para o conhecimento dos estudantes, e logo em seguida produzir uma discussão sobre os motivos que levaram os portugueses a contextualizar essas afirmações inverídicas sobre os povos originários do Brasil. Veja abaixo uma das citações que os estudantes podem atualmente verificar *in loco* numa visita a um território indígena como sendo sem procedência verdadeira:

A essa imagem de nudez que será retomada, com menos talento literário, por Vespucci, associa-se a ideia de inocência (p. 25, 91)², Caminha, com aparente candura, contrasta a ingenuidade comercial e a confiança inicial destes homens que, desde o primeiro dia, se estendem e dormem no convés do navio, com a deslealdade, a cupidez e a sede de ouro e prata dos portugueses (p. 27,30,53,49,66,76). Esses homens são formosos, gordos e sadios, como as "alimárias 3 monteses às quais faz o ar melhor pena e melhor cabelo que às mansas". Essa ideia de não domesticação dessa gente que nada doméstica - nem plantas nem animais - é, em Caminha, tão poderosa, que o leva a ignorar a agricultura dos índios, a não dar realce às redes e jangadas que menciona, e a presumir, só para ser desmentido no dia seguinte, que eles sequer tenham casas onde se abriguem (p. 81,59, 65-66). Gente "bestial" a ser amansada (p. 59,58,77,82), por quem Caminha nutre uma evidente simpatia e sobre a qual inaugura uma série de duradouros e etnograficamente duvidosos lugares comuns: não têm chefe ou principal (sequer distinguindo o capitão-mor que os recebe em toda a sua pompa) (p. 46,52,27); não tem nenhuma idolatria ou adoração (p. 90- 91, 80); são uma argila moldável, uma tabula rasa, uma página em branco - " e imprimir-se-á com a ligeireza neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar" (p. 80). Gente, em suma, que não sujeita a natureza como não se sujeita a si mesma a juço algum: gente montesa, gente "selvagem (Cunha, 1995, p.3).

No entanto, reconhecer e estudar a contribuição real dos povos originários do Brasil é crucial para uma visão justa e completa da história brasileira, e conseqüentemente do Município de Caldas, MG, que hoje, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que passou a mapear em seu censo os povos indígenas em 1991, abriga a maior concentração de indígenas no sul do Estado, com um total de 196 habitantes, conforme mencionado em

reportagem da Globo Comunicação e Participações S.A (2023). No estudo Pouso Alegre, Poços de Caldas e Varginha aparecem na sequência com 99, 94 e 79 habitantes, respectivamente.

Uma das experiências mais bem sucedidas em geografia é a aula de campo, pois a mesma permite que os alunos tenham uma experiência vivencial com o conhecimento teórico compartilhado em sala de aula. A paisagem que os alunos observam presencialmente não é apenas um cenário físico, mas o resultado de várias forças sociais, políticas e econômicas que a moldam. Essas relações são muitas vezes abstratas e não se manifestam de maneira presencial e direta, mas ainda assim influenciam profundamente o que os alunos veem. Os autores Martinez e Leme (2007) afirmam que:

[...] o trabalho de campo pode contribuir significativamente no processo de ensino aprendizagem, instigando o aluno a olhar de forma mais crítica para a realidade que o cerca, e, principalmente, compreender que a paisagem visualizada é resultado de relações sociais, políticas e econômicas, a qual não se manifesta concretamente. Aliás, perceber a paisagem como resultado de múltiplas relações humanas, estando em constante processo de transformação, sendo o próprio aluno co-participante dessa dinâmica (Martinez; Leme, 2007, p. 2).

Já prática da geohistória em sala de aula, voltada para o ensino das informações sobre o município de residência do estudante, é uma maneira poderosa de aproximar o conteúdo escolar da realidade local, proporcionando aos estudantes uma compreensão mais profunda do espaço em que vivem e da história que o moldou. Esse enfoque local levará os alunos a entender como os processos históricos e geográficos globais impactam diretamente sua vida cotidiana e em seu entorno de modo imediato, evidenciando, principalmente, que o livro didático não é a única ferramenta didática que o estudante possui como fonte de informações e de aquisição de conhecimento. Nessa perspectiva, Farias et al (2017) afirma que:

A inserção de atividades lúdicas nas aulas de Geografia torna a prática do professor dinâmica e enriquecedora, proporcionando aos alunos uma aula prazerosa e curiosa, destacando que o ensino de Geografia escolar não se dá somente com a utilização do livro didático, sendo que o livro é uma das ferramentas de apoio ao professor (Farias et al., 2017, p. 2).

Com o presente trabalho, portanto, será possível que os professores do Município de Caldas proporcionem aos estudantes visitas aos locais históricos e geograficamente significativos citados por Pimenta (1998, p. 87), como os rios Capivari, Pardo, Verde e o Ribeirão das Antas. As mesmas visitas em campo serão possíveis quando o assunto são as cidades de Santa Rita de Cássia (atual Santa Rita de Caldas), Nossa Senhora da Saúde de Águas de Caldas (Poços de Caldas), São Sebastião de Jaguari (Andradas), e Nossa Senhora do Carmo

do Campestre, hoje Campestre, tudo com vistas a entender in loco como se deram as mudanças dos nomes dos Município vizinhos, e porque deixaram de fazer parte do território de Caldas.

O uso de mapas históricos e geográficos do município de Caldas pode ajudar os alunos a visualizarem como a cidade se transformou ao longo do tempo e, no caso do município caldense, tais documentos podem ser visualizados na Prefeitura de Caldas e também na sua Câmara Municipal de Vereadores, bem como em vários trabalhos acadêmicos sobre o desenvolvimento do Município em citação. Segundo Moreira (2007, p. 68), é fundamental para diversas profissões o uso de mapas, sendo portanto, extremamente importante que este recurso exploratório seja apresentado através dos professores aos estudantes para que ao longo da Educação Básica possam aprimorar o uso prático dos mesmos, principalmente no que diz respeito ao mundo do trabalho. Moreira (2007) reforça ainda como o uso de mapas é importante para a leitura dos historiadores no que concerne os fatos que ocorrem no espaço, reafirmando que este instrumento não é restrito às aulas de geografia, embora seja por muitos anos o símbolo do conteúdo geográfico:

O mapa é o repertório mais conspícuo do vocabulário geográfico. E trata-se da melhor representação do olhar geográfico. O mapa é a própria expressão da verdade de que todo fenômeno obedece ao princípio de organizar-se no espaço. Todo estudo ambiental, por exemplo, é o estudo de como a cadeia dos fenômenos arruma seu encadeamento na dimensão do ordenamento territorial, um fato que começa na localização, segue-se na distribuição e culmina na extensão por meio da qual se classifica como um ecossistema. Do contrário não haveria como. O mesmo acontece com o estudo de uma cidade, da vida do campo, da interação de montante e jusante, da indústria, dos fluxos de redistribuição das formas de relevo, da alteração do desenho das bacias fluviais e das articulações do mercado. Eis porque o historiador trabalha com mapa, sem que tenha de ser geógrafo. Também o sociólogo. E igualmente o biólogo. Todos, mas necessariamente o geógrafo. O mapa é o fiel da sua identidade. Todo professor secundário sabe disso. E o mantém, e reforça (Moreira, 2007, p.68).

Também será possível visitar fazendas caldenses que ainda vivem da forma como foi descrito por Pimenta (1998), onde o autor destaca que não seria exagero dizer que cada família e cada fazenda bastava por si mesma, produtos estes que são amplamente encontrados na atual Caldas e cultivados da mesma forma de outrora, no ciclo do ouro:

O doce a rapadura lhe dá. A gordura, os cevados. A proteína vem do porco, da galinha, do veado caçado, da caça miúda abundante, do ovo, do queijo. Usa pouco da carne de vaca, porque o boi deve ser levado para a “Corte do Rio”. Mas abusa do pernil, da linguiça, do pé-de-lombo porque estes se transformam em subprodutos do toucinho exportável. O combustível, com que as mucamas alimentavam as candeias de pavio retorcido, que os mancebos penduram, é de óleo de mamona (que não faz fumaça) ou de banha dos capados. O monjolo faz a canjica. O moinho faz o fubá. O pilão limpa o café o arroz. A roça dá a comida farta e variada. O curral o requeijão, o leite cru e a coalhada. O chiqueiro dá a gordura, o torresmo, o lombo e o pernil (Pimenta, 1998, p. 117).

No século XXI essas produções são conhecidas como agricultura familiar, que além de alimentar as famílias dos próprios produtores, o excedente é vendido para toda região, elevando o poder econômico de quem fornece alimentos em pequena escala em espaços previamente demarcados (municípios, intermunicípios, regiões), tendo por características predominantes estas que vemos na obra de Pimenta (1998, p. 117), e que são reforçadas por Cardoso (1987 apud Altafin, 2005) que destaca o trabalho predominantemente familiar, voltado para a subsistência e o acesso à terra garantido ou por meio da propriedade ou do usufruto.

Tratar na sala de aula sobre a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que criou a política da agricultura familiar no Brasil, e principalmente dialogar sobre o assunto nos componentes curriculares de ciências sociais, onde encontramos a disciplina de geografia, é extremamente importante, porém devemos refletir ao que diz Arroyo, Caldart, e Molina (2004):

A educação não resolve por si só os problemas do país, nem tão pouco promove a inclusão social. Ela pode ser um elemento muito importante, se combinada com um conjunto de ações políticas, econômicas, e culturais, que mexam diretamente no modelo econômico. A educação não levará ao desenvolvimento do campo se não for combinada com reforma agrária e com transformação profundas na política agrícola do país. (Arroyo, Caldart e Molina, 2004, p.53)

Para que a educação tenha um impacto significativo, é necessário que seja integrada a outras ações em diferentes áreas, como políticas públicas, economia e cultura. Arroyo, Caldart e Molina (2004, p.53) enfatiza ainda que é essencial haver mudanças estruturais no modelo econômico, pois a educação, por si só, não pode transformar o cenário social e econômico de maneira isolada.

Assim, entende-se, que no contexto do campo, por exemplo, a educação só promoverá o desenvolvimento rural se estiver aliada a medidas como a reforma agrária e profundas mudanças na política agrícola, que são essenciais para garantir condições adequadas de trabalho, acesso à terra e oportunidades para os trabalhadores rurais, onde a educação deve ser parte de um conjunto mais amplo de reformas para ser verdadeiramente eficaz.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou apresentar uma abordagem educacional que integrasse conceitos de geografia e história, com o objetivo de aprofundar a compreensão dos estudantes do Ensino Fundamental II e Médio acerca da formação e evolução dos territórios, focando especialmente no município de Caldas, Minas Gerais. A metodologia proposta demonstrou ser uma ferramenta

eficaz para enriquecer o aprendizado, ao promover a análise crítica e contextualizada de como o meio físico e os processos históricos se entrelaçam para moldar o desenvolvimento das regiões.

Ao estimular a interpretação de dados geográficos e históricos, os estudantes aprendem a identificar mudanças ao longo do tempo e a reconhecer as relações de causa e efeito entre os fatores físicos e humanos que moldaram o espaço. Essa análise mais crítica e reflexiva capacita-os a compreender a complexidade do processo de ocupação e desenvolvimento de um território ou região, desde os primeiros povoamentos até o contexto contemporâneo.

O trabalho demonstrou que a geohistória é uma abordagem interdisciplinar que ao combinar os campos da Geografia e da História consegue demonstrar como as dinâmicas espaciais e temporais influenciam mutuamente o desenvolvimento das sociedades humanas e o meio ambiente e que ao invés de tratar esses campos como disciplinas separadas, a geohistória integra suas metodologias e conceitos para fornecer uma visão mais abrangente das transformações territoriais ao longo do tempo, o que a torna especialmente valiosa para entender a ocupação e a organização dos espaços geográficos, bem como o impacto das interações entre o ambiente físico e os processos históricos.

No contexto do município de Caldas, em Minas Gerais, a abordagem geohistórica pode ser aplicada para entender como suas características geográficas – como o relevo montanhoso, as bacias hidrográficas e os solos férteis ou não – influenciaram a ocupação humana e o desenvolvimento socioeconômico. As primeiras ocupações podem ter ocorrido em função das condições favoráveis para a agricultura e criação de gado, enquanto o relevo pode ter influenciado as rotas de circulação e o surgimento de povoados.

Além disso, a evolução da cidade de Caldas ao longo do tempo pode ser analisada com base nas transformações econômicas que mudaram a forma como os moradores passaram a interagir com o ambiente, e que ao longo de séculos, a agricultura familiar, as atividades mineradoras e o crescimento urbano alteraram o uso da terra e modificaram o ambiente natural, sendo este um processo que pode ser estudado tanto do ponto de vista geográfico quanto histórico.

Em conclusão, é possível verificar que ao conectar o passado ao presente de maneira espacializada, essa metodologia não apenas reforça o conhecimento acadêmico, mas também desperta nos estudantes uma consciência territorial mais profunda, estimulando um compromisso maior com o desenvolvimento sustentável e a preservação do patrimônio local, fazendo da geohistória uma ferramenta indispensável para a formação de cidadãos mais

reflexivos e engajados com as questões que envolvem seu entorno, seu espaço descrito pela geografia e sua história.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA F.F.M. - **Fundamentos geológicos do relevo paulista. Boletim do Instituto Geográfico e Geológico**, Vol. 41, p.169-263, 1964.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília, 2005. 18 p. Disponível em: <bit.ly/3PhsOo0>. Acesso em: 20.10.2024

ARROYO, Miguel Gonzalez, CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Mônica Castagna (org.) **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BAKER, A. The dead don't answer questionnaires: researching and writing historical geography. **Journal of Geography in Higher Education**, v. 21, n.2, 1997.

BARROS, J. D'Assunção. **A construção social da cor. Desigualdade Escrava e Diferença Negra no processo de formação e superação do escravismo colonial**. 2011. Disponível em: http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/6893_Cached.pdf Acesso em 20 out 2024

BARROS, José D'Assunção. **Fernand Braudel e a geração dos Annales**. Rio de Janeiro: s.n., 2012. Disponível em <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/1883/1051>. Acesso em 20 out 2024.

BEAUREPAIRE-ROHAN, Visconde de. **Diccionario de vocabulos brasileiros**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://todospelaeducacao.org.br/>. Acesso em: 15 set. 2024.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Tradução de Sérgio Góes de Paula. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II**. Tradução de Antônio José de Lima Leitão e Noel de Carvalho. 1. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983.

CARRARA, Ângelo Alves. **Indústria pastoril nas Minas Gerais: um estudo sobre a pecuária no século XVIII**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 1999.

CLAVAL, Paul. **Introdução à geografia humana**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Ática, 1980.

CUNHA, Manuela C. **O futuro da questão indígena**. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Org.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

FARIAS, H. S. et. al. **Atividades lúdicas no ensino de geografia**. Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. **Sul de Minas tem população de 17 mil indígenas distribuídos em 134 cidades, apontam dados do Censo do IBGE**. G1, Rio de Janeiro, 7 ago. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2023/08/07/sul-de-minas-tem-populacao-de-17-mil-indigenas-distribuidos-em-134-cidades-apontam-dados-do-censo-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 20 out. 2024.

HARDIN, Garrett. **The tragedy of the commons**. Science, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7725136/mod_resource/content/1/A_TRAGEDIA_D OS_COMUNS_por_Garrett_Hardin%20%281%29.pdf. Acesso em: 27 out. 2024.

JUSTEN-ZANCANARO, R.; CARNEIRO, C. D. R. **Trabalhos de campo na disciplina Geografia: estudo de caso em Ponta Grossa**, PR. Terra, Campinas, SP, v.9, p.49-60, 2012.

LAHUERTA, F.M. **Geografias em movimento: território e centralidade no Rio de Janeiro Joanino (1808-1821)**. São Paulo, 2009. Dissertação de Mestrado – USP.

MARTINEZ, Adilson; LEME, Ricardo Carvalho. **O trabalho de campo como metodologia de ensino de geografia o estudo de caso da Vila Malvina – Guaíra/PR**. 2007. p.1-27. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_adilson_martinez.pdf. Acesso em 15. setembro.2024.

MINAS GERAIS. **Currículo Referência de Minas Gerais**. Minas Gerais, 2018. Disponível em: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Curr%C3%ADculo%20Refer%C3%Aancia%20do%20Ensino%20M%C3%A9dio.pdf> Acesso em: 1 maio. 2024.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007

MORIN, E. **O método 1: a natureza da natureza**. 2.ed. Porto Alegre, 2005.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de; PEREIRA, Levi Marques. **Ñande Ru Marangatu: laudo antropológico e histórico sobre uma terra Kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, município de Antônio João, Mato Grosso do Sul**. 2009. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/6635>. Acesso em: 27 nov. 2024.

PEREIRA, L. M; EREMITES DE OLIVEIRA, J. Ñande Ru Marangatu. **Laudo antropológico e histórico sobre uma terra kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, município de Antônio João, Mato Grosso do Sul**. Dourados: Editora UFGD, 2009.

PHILO, C. “História, geografia e o ‘mistério ainda maior’ da geografia histórica”. In: Gregory, Derek; Martin, Ron; Smith, Graham (Orgs.). Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Zahar. 1996

PIMENTA, R.O. **O Povoamento do Planalto da Pedra Branca – Caldas e região/ obra póstuma.** Complemento Colcha de Retalhos/ Marta Amato. São Paulo: s.ed. 1998.

PIRES, H.F. **Reflexões sobre a Contribuição da Geografia Histórica e da Geo-História na Renovação dos Pensamentos Geográfico e Histórico no Século XX.** In: I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico 2009. Uberlândia: UFU, v.1, p.01-18. 2008. Disponível em:< <http://br.monografias.com/Geografia/index.shtml>>. Acesso em: 15.set.2024.

RIBEIRO, G. **A arte de conjugar tempo e espaço: Fernand Braudel, a geo-história e a longa duração.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, n.2, abr.-jun. 2015, p.605-639.

ROVARON, C. E. **Ocupação da região da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas-MG (Séc.XVIII-XIX).** São Paulo, 2009. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, J. B., BEREZE, J., e da SILVA, C. L. 2014. **Mapeamento de Uso e Ocupação do Solo do Município de Caldas – MG.** Artigo. Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná.